

PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO INSTITUTO AGRÍCOLA DO MENOR – IAME, DOURADOS/MS

Fernando Alves de Oliveira¹; Luiz Eduardo Aparecido Grassi²; Maria de Fátima Oliveira Mattos Grassi³; Tobias Pereira de Moraes⁴.

¹ Estudante do Curso de Ciências Biológicas da UEMS, Unidade Universitária de Dourados/MS; E-mail: oliveira_falves@hotmail.com. Bolsista PIBEX – UEMS.

² Professor do Curso de Ciências Biológicas da UEMS, Unidade Universitária de Dourados/MS; E-mail: grassi@uems.br.

³ Professora da UEMS, Unidade Universitária de Dourados/MS.

⁴ Estudante do Curso de Ciências Biológicas da UEMS, Unidade Universitária de Dourados/MS.

Área Temática: Meio Ambiente.

Resumo

O Instituto Agrícola do Menor – IAME, localizado no Município de Dourados/MS, é uma entidade filantrópica que acolhe menores órfãos ou que foram retirados da guarda familiar, estando sob a guarda da justiça. O Instituto conta com propriedade e instalações, recursos financeiros de doação e públicos, porém, várias são as dificuldades da entidade. As formas de produção ao longo do seu tempo de existência não consideraram aspectos da Legislação Ambiental ou mesmo de sanidade, produtividade e educacionais. A proposta visa colaborar com a entidade na organização dos aspectos ambientais da propriedade, de acordo com o preconizado pela Legislação Ambiental atual, auxiliando também nas atividades de educação dos internos. Foi iniciado o EIA e sendo que a partir deste o RIMA da propriedade, buscando-se o apoio por parte de órgãos oficiais. Algumas atividades de restauração ecológica do Instituto foram iniciadas, por parte da instituição, como o plantio de árvores nativas na APP. Como parte das atividades educacionais foram realizadas, com o envolvimento e a participação dos internos e funcionários, palestras sobre preservação ambiental e Leis ambientais.

Palavras-chave: Meio ambiente. Recuperação Ambiental. Educação Ambiental.

Introdução

O Instituto Agrícola do Menor – IAME, localizado no Município de Dourados/MS, rodovia MS-270 (Dourados – Itahum), próximo ao Campus da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), é uma entidade filantrópica que acolhe menores órfãos ou que foram retirados da guarda familiar, estando sob a guarda da justiça, a entidade tem como objetivo proporcionar aos internos melhores condições de vida com, abrigo, alimentação, cuidados médicos, educação e lazer, até o momento da adoção ou até atingirem a maioridade. O Instituto conta com propriedade e instalações, com recursos financeiros providos de doação e recursos públicos, tendo suporte legal para realização das ações, porém, várias são as dificuldades presentes,

como a presença de irregularidades relacionadas a critérios ambientais, sanitários e educacionais.

A degradação ambiental pode ser considerada atualmente um dos principais problemas mundiais, fortemente ligado a ações antrópicas, esta tem aumentando nas últimas décadas (DIODATO, 2004). As ações humanas, quaisquer que sejam elas, podem interferir sobre o meio ambiente, seja através da extração de recursos, ou pelo lançamento de resíduos sob a forma de matéria ou energia degradada (CAVALCANTI, 2004). O exposto pode ser aplicado à propriedade do IAME.

Segundo Diodato (2004, p.10): “Os impactos podem ser caracterizados ainda pela sua reversibilidade, de acordo com a possibilidade de um fator ambiental poder retornar às suas condições originais ou não”.

As Leis Ambientais buscam, dentre outros aspectos, assegurar a preservação de áreas com características próximas as naturais, assim, foram criadas as Áreas de Preservação Permanente, áreas ao entorno de corpos hídricos, e as Reservas Legais, que no Estado de Mato Grosso do Sul é de pelo menos 20% da propriedade (BRASIL, 1965; MATO GROSSO DO SUL, 2008). Neste contexto, várias atividades são exigidas para assegurar o cumprimento destas Leis, como o Licenciamento Ambiental, que utiliza do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e para confecção de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (BRASIL, 1980, 1981).

O IAME possui uma área de 17 hectares, circundada por várias propriedades rurais, dentro desta área estão presentes nascentes de corpos hídricos, formando uma área úmida representando um total de 3,5 hectares. Dadas às características da área do IAME, principalmente o fato de encontrar-se dentro da zona rural, este deveria conter uma área destinada a Reserva Legal e uma APP, porém isso não é verificado.

Este projeto foi constituído visando colaborar com a entidade através de ações de extensão, no sentido de organizar os aspectos ambientais da propriedade, em acordo com o que é preconizado pelas Leis Ambientais, auxiliando assim para obtenção de Licenciamento Ambiental da propriedade, também busca apoiar as atividades de educação dos internos e funcionários, e adequação produtiva do IAME.

Material e Métodos

A caracterização dos aspectos ambientais do IAME se desenvolve seguindo alguns aspectos: caracterização da propriedade e levantamento das irregularidades no que diz respeito à legislação fundiária e ambiental, considerando a Legislação Federal,

Estadual e Municipal. Através destes dados, e de outros levantamentos como, o de fauna e flora na área, realizar o EIA e o RIMA, seguindo conceitos preconizados em pesquisas de recuperação ambiental e de acordo com normativos jurídicos. Com o uso do programa Google Earth, usa-se imagens de satélite para auxiliar no aferimento dos aspectos físicos e ambientais da propriedade, bem como da região circunvizinha. Através destes dados, estão sendo solicitados apoios junto a órgãos ambientais e de assistência social, dentre outros, do Estado de Mato Grosso do Sul e do Município de Dourados, para dar suporte às futuras ações.

As atividades de recuperação ambiental consideram a metodologia e materiais desenvolvidos e aplicados pelos membros da proposta, baseando-se em experiências de recuperação ambiental desenvolvidas pelos membros, e através de pesquisa de modelos já aplicado em outros trabalhos. A partir destas, esta sendo realizando o plantio de mudas nativas e a retirada de resíduos da área de APP do Instituto. Aspectos educacionais do projeto envolve a participação dos internos e funcionários nas atividades práticas do projeto e através de execução de palestras com os mesmos. As visitas ao IAME são realizadas, quando possível, semanalmente, utilizando-se veículo do Orientador da proposta, transporte público e outros.

Resultados e Discussão

As atividades do projeto iniciaram-se no início de 2011, através de visitas ao Instituto e reuniões com funcionários e internos, sendo constatados vários agravantes presentes no Instituto como: desrespeito a Legislação Ambiental com a construção de edificações, criação de animais (suínos, ovelhas, galinha e gado), deposição inadequada de resíduos e efluentes, represamento da água e derrubada de vegetação nativa dentro da APP; desrespeito a Legislação Sanitária através de estruturas inadequadas para criação de animais, manejo realizado de maneira a causar danos aos animais e oferecer riscos a funcionários e internos envolvidos, exposição de efluentes possibilitando que animais e membros do Instituto tenham contato, e fatores ligados à higiene pessoal dos internos, pode ser colocado ainda o fato de o Instituto estar localizado entre propriedades agrícolas, utilizadoras de insumos tradicionais (fertilizantes, agrotóxicos e outros) representando risco de contaminação química; e em aspectos educacionais como, falta de atividades em período fora do escolar que envolva o desenvolvimento cognitivo de internos e funcionários, e que poderiam auxiliar na atenuação dos riscos sanitários e ambientais do Instituto.

A partir do observado foram propostas algumas atividades buscando se a diminuição destes agravantes. No tocante a preservação ambiental, esta sendo realizada a delimitação da área destinada a APP, sendo que o Instituto já realizou o plantio de espécies arbóreas nativas nesta área, neste aspecto ainda foram realizadas reuniões junto a órgãos ambientais Municipais, a Secretária de Meio Ambiente do Município de Dourados e o Instituto de Meio Ambiente (IMAM), para apresentação da proposta e das condições do IAME.

A recuperação da APP da propriedade com, o plantio de árvores, visa mitigar possíveis danos a estas áreas, pois a vegetação irá funcionar como filtro, e garantindo, em parte, que os corpos d'água não recebam fontes poluidoras originada da circunvizinhança, criando microambiente essencial à manutenção do ciclo biológico de muitas espécies animais, sendo que borda desmatada, via de regra, é pouco eficiente para à manutenção destes e dos demais membros deste ecossistema (Lima, 1989; Oliver, 1992; Mueller, 2000).

No tocante a sanidade o projeto tem apoiado outras propostas desenvolvidas no IAME, visando melhorar as condições de manejo dos animais na propriedade e adequação das estruturas de criação, para isto já foi considerada a retirada das estruturas de criação de dentro da APP para um local afastado, estando em fase de captação de recursos, sendo que alguns manejos com os animais já foram modificados, bem como alguns hábitos de internos e funcionários. Neste sentido, o Coordenador da proposta tem buscado apoio junto a órgãos de assistência social do Estado e Município, dentre outros como, a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO) e a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), sendo que já foram realizadas reuniões prévias com representantes para apresentação do projeto.

No desenvolvimento educativo de internos e funcionários o projeto realizou palestras, em conjunto com outras propostas, com a participação dos mesmos, sendo trabalhados os aspectos de preservação ambiental e sua Legislação. Nestas atividades foi verificada a participação dos internos em vários momentos das atividades, sendo que ao final alguns ainda permaneciam para tirarem dúvidas e expor exemplos. Para Jacobi (2003) a educação ambiental é um ato político voltado para a transformação social, apresentando assim um desafio, pois, deve ser crítica e inovadora, este projeto busca através destes argumentos, construir um pensamento crítico entre os diferentes públicos que compõem o alvo desta proposta.

Conclusões

O projeto já conseguiu alcançar vários aspectos positivos, através da melhoria da qualidade de vida de internos e funcionários do IAME. Estes resultados corroboram para que o projeto tenha continuidade, pois, permitirá a melhoria de vários aspectos do IAME, garantido também um grande ganho no desenvolvimento acadêmico dos membros.

Agradecimentos

A UEMS, pela concessão de bolsa, modalidade de extensão universitária. Aos docentes, Maria de Fátima Oliveira Mattos Grassi e Luiz Eduardo Aparecido Grassi, pelo apoio. Aos acadêmicos, Mônica Joelma do Nascimento Anater e Tobias Pereira de Moraes, pelo apoio.

Referências

BRASIL. Lei Nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei n. 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 16 de set. 1965.

_____. Lei Nº 6.803, de 02 de julho de 1980. Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 02 de julh. 1980.

_____. Lei nº6938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 31 de ago. 1981.

CAVALCANTI, C. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 7, n.1, p.150-155, 2004.

DIODATO; M. A. **Estudo dos impactos ambientais**. Programa de Pós-Graduação em Geografia (Dissertação Mestrado). Natal, RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRGN, 2004.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

LIMA, W.P. Função hidrológica da mata ciliar. In: SIMPÓSIO SOBRE MATA CILIAR, 1989, Campinas. **Anais...** Campinas: Fundação Cargill, 1989. p. 25-42.

MUELLER, C.C. **Gestão das matas ciliares**. In: LOPES, I.V. et al. (Ed.). **Gestão ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 185-214.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Decreto Nº 12.528, de 27 de março de 2008. Institui o Sistema de Reserva Legal (SISREL) no Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande (MS), 27 de mar. 2008.

OLIVER, C.D. A landscape approach: achieving and maintaining biodiversity and economic productivity. **J. Forest.**, Bethesda, v. 90, n. 9, p. 20-25, 1992.